



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



CONTRATO Nº \_\_\_\_/2013

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO (BRIGADA) PARA ESTE E. TRIBUNAL E PARA O CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Proc. TRF2-EOF-2013/00060

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Sr. Desembargador Federal Sergio Schwaitzer**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) **Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2013/00060, em consequência do Pregão Eletrônico nº 023/2013, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prover serviços especializados em proteção contra incêndio (brigada), 24 (vinte e quatro) horas por dia, em regime de turnos de trabalho, na sede deste E. Tribunal e no Centro Cultural da Justiça Federal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



## **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em proteção contra incêndio, com fornecimento de bombeiros civis profissionais (brigadistas), 24 (*vinete e quatro*) horas por dia, em regime de turnos de trabalho, para este E. Tribunal e para o Centro Cultural da Justiça Federal, conforme especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 023/2013 e seus Anexos I, II, IV, V e VI, e na forma estabelecida no presente Contrato.

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DA ÁREA EDIFICADA E DOS SISTEMAS:**

2.1 - A área edificada, que compõe o complexo predial do Contratante, situado na Rua Acre, nº 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ, consiste de:

2.1.1 - 03 (*três*) prédios de 22 (*vinete e dois*) pavimentos habitados e 04 (*quatro*) áreas de garagem, sendo que 02 (*dois*) prédios têm instalações internas compostas por divisórias e pisos frios e 1 (*um*) prédio por divisórias e pisos acarpetados;

2.1.2 - 02 (*dois*) prédios de 10 (*dez*) pavimentos habitados, com instalações em divisórias e pisos frios, nos quais estão instalados 05 (*cinco*) auditórios com pisos acarpetados;

2.1.3 - 01 (*um*) prédio de 04 (*quatro*) pavimentos de habitação ocasional, sendo 02 (*dois*) pavimentos com pisos frios e 02 (*dois*) pavimentos ocupados por 01 (*um*) auditório com piso acarpetado.

2.2 - Os sistemas instalados no complexo predial consistem de:

### **2.2.1 - Prédio principal e Plenário:**

a) 01 (*uma*) subestação de energia secundária do tipo blindada de 13,8 KV, equipada com 02 (*dois*) transformadores a seco de 1000 KVA cada, localizada no pavimento subsolo; 06 (*seis*) *no-breaks*: 04 de 80 KVA e 02 de 50 KVA, 01 (*uma*) Casa de Força;

b) 02 (*duas*) prumadas conjugadas de tubulação de incêndio (diâmetro: Ø 2 ½");

c) 53 (*cinquenta e três*) caixas de incêndio com hidrantes: 02 (*duas*) caixas por pavimento no prédio sede e 01 (*uma*) caixa por pavimento no plenário;

d) 53 (*cinquenta e três*) mangueiras de incêndio com 30 metros de comprimento (dois lances de 15 metros);

e) 04 (*quatro*) bombas de funcionamento automático, sendo 02 (*dois*) conjuntos com uma reserva, pressurizando cada uma das colunas de incêndio (hidrantes);

f) 01 (*um*) hidrante de passeio;

g) Prumada 1: abastece do 22º ao 12º pavimento, pressurizada por 02 (*duas*) bombas de funcionamento automático (uma reserva);



- h) Prumada 2: abastece do 11º ao 2º pavimento, pressurizada por ação da gravidade;
- i) Prumada 3: abastece do subsolo ao G-2, pressurizada por 02 (*duas*) bombas de funcionamento automático (uma reserva);
- j) Campainhas: localizadas nos pavimentos subsolo, 11º e 22º;
- l) Caixas d'água de escorvamento: localizada no G-1;
- m) Drenos: localizados nos pavimentos subsolo, 2º e 12º.

#### 2.2.2 - Prédio Anexo 1-A/B:

- a) 01 (*uma*) central de detecção inteligente *Notifier*, localizada no 2º pavimento (Sala de Automação) e 01 (*um*) sistema de pressurização de rede de hidrantes e de *sprinklers*, localizados no pavimento subsolo;
- b) 01 (*uma*) prumada de tubulação de incêndio (diâmetro = 3");
- c) 38 (*trinta e oito*) caixas de incêndio com hidrantes: 02 (*duas*) caixas por pavimento, do subsolo até o décimo andar e 01 (*uma*) caixa por pavimento, do décimo primeiro até o vigésimo segundo andar;
- d) 38 (*trinta e oito*) mangueiras de incêndio com 30 metros de comprimento (dois lances de 15 metros);
- e) 03 (*três*) bombas de funcionamento automático [01 (*uma*) reserva], pressurizando a coluna de incêndio (hidrantes);
- f) 01 (*um*) hidrante de passeio;
- g) Prumada única: (diâmetro: Ø 4") que abastece todos os pavimentos, sendo pressurizada por 03 (*três*) bombas de funcionamento automático (uma reserva);
- h) Campainhas: localizadas no térreo;
- i) Caixas de escorvamento: localizadas no subsolo;
- j) Drenos: uma única prumada de drenos, com registros em cada pavimento.

#### 2.2.3 - Prédio Anexo 2-A/B:

- a) 01 (*uma*) subestação de energia principal do tipo blindada de 13,8 KV, equipada com 04 (*quatro*) transformadores a seco de 1000 KVA cada, 04 *No Breaks* de 80 KVA, 01 Central de água gelada (*Chiller*);
- b) Uma prumada abastecendo todos os pavimentos, pressurizada por uma bomba de funcionamento automático, localizada no subsolo, com uma bomba reserva;
- c) Uma prumada de dreno, com registro em cada pavimento;
- d) Uma prumada de 4" de diâmetro abastecendo do 2º ao 10º pavimentos, sendo pressurizada por uma bomba de funcionamento automático;
- e) Uma caixa de escorvamento localizada no subsolo;



f) Uma prumada de dreno, com um registro em cada pavimento.

#### 2.2.4 – Sistema Inteligente de detecção, alarme e combate a incêndios:

##### 2.2.4.1 – Componentes do sistema de detecção:

- a) Central inteligente modelo AFP-400 da marca *Notifier* instalada na Sala de Automação, 2º Pavimento do Prédio Anexo I;
- b) 02 (*duas*) baterias – 12 Vcc cada;
- c) Painei sinótico com *leds*, em representação do esquema vertical;
- d) Quadro de módulos monitores para interfaces dos dispositivos convencionais (detectores e acionadores manuais) do Prédio Principal e do Plenário;
- e) Detectores inteligentes de fumaça, distribuídos nos Prédios Principal, Anexo I e Anexo II;
- f) Acionadores manuais inteligentes distribuídos nos Prédios;
- g) Módulos monitores para as chaves de fluxo dos sistemas de *sprinklers* e hidrantes distribuídos nos Prédios.

##### 2.2.4.2 – Componentes do sistema inteligente de detecção e combate a incêndios:

- a) Sinaleiro áudio-visual;
- b) Detectores inteligentes de fumaça;
- c) Acionador manual para disparo de gás;
- d) Chave de bloqueio de disparo e reversão para automático;
- e) Módulo de comando para desligamento do ar condicionado;
- f) Cilindro de gás FM-200;
- g) Bicos difusores.

2.2.4.3 - Os dispositivos de detecção e combate por FM-200 que protegem a Sala de Automação no 2º Pavimento do Prédio Anexo I são controlados automaticamente pela Central AFP-400, operando por cruzamento de detectores inteligentes em alarmes de fogo e pelo acionamento do acionador manual de disparo de gás, comandando o sinaleiro áudio-visual, o desligamento do ar condicionado local, a temporização e o disparo propriamente dito.

#### 2.2.5 – Sistema Convencional de detecção, alarme e combate a incêndios para a proteção da sala da DISOP no 10º pavimento:

##### 2.2.5.1 – Componentes do sistema:

- a) Central convencional modelo MRP-4424 da Marca *Fire-Lite* instalada no 10º pavimento do Prédio Anexo I, que é monitorada pela Central AFP-400 – *Notifier*;



- b) 02 (*duas*) baterias 12 Vcc;
- c) Detectores convencionais de fumaça no ambiente e no entre-pisos;
- d) Sinaleiro áudio-visual;
- e) Acionador manual para disparo do gás;
- f) Chave de bloqueio de disparo e reversão para automático, que é monitorada pela Central AFP-400 – *Notifier*;
- g) Cilindro de gás FM-200;
- h) Bicos difusores no ambiente e no entre-pisos.

**2.2.6 – Sala cofre que abriga *datacenter* com os equipamentos do Contratante e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com os seguintes sistemas:**

- a) Célula com 60 m<sup>2</sup> (compartimento estanque para proteção de equipamentos eletrônicos contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, campos magnéticos e radiações);
- b) Sistema de climatização;
- c) 02 (*duas*) UPS de 120 Kva;
- d) 01 (*um*) grupo gerador de 320 kva;
- e) Sistema de detecção de produtos de combustão;
- f) Controle de incêndio;
- g) Controle de Acesso e CFTV.

2.3 – A área edificada e os sistemas que compõem o Centro Cultural Justiça Federal, situado na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro - Rio de Janeiro/RJ:

2.3.1 – 01 (*um*) prédio de 04 (*quatro*) pavimentos e 01 (*um*) subsolo, sendo o piso do primeiro pavimento constituído de azulejo hidráulico, mais 01 (*um*) teatro, todo em carpete e os outros 03 (*três*) pavimentos em madeira corrida.

2.3.2 – Sistema de água pressurizada, água quente, sistema de exaustão e sistema hidráulico por gravidade e bombas de água pluvial. No subsolo há um sistema de ar condicionado central, casa de máquinas de elevadores, bombas de recalque, cabine de QDL e casa de barramentos elétricos.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO EFETIVO DE PESSOAL E DA SUA DISTRIBUIÇÃO:**

3.1 - O efetivo a ser alocado no complexo predial será composto de Bombeiros Profissionais Civis (Brigadistas), treinados por empresa especializada, portadores de diploma específico, comprovada em CTPS, com equipamentos e uniformes identificados, de segunda a domingo, inclusive feriados, 24 (*vinete e quatro*) horas por dia, em turnos de



trabalho, que cumpram jornada laboral na escala de revezamento de 12x36, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.901/2009, conforme tabela abaixo:

ITEM	POSTOS	REGIME	LOCAL
01	04	24 horas	TRF-2ª Região
02	02	24 horas	CCJF

3.2 - A Contratada deverá designar, dentre o efetivo e para a equipe de cada turno, 01 (um) profissional para exercer a função de **inspetor**, que se reportará ao Contratante e responderá pelo efetivo e pelas rotinas de serviços executados.

3.2.1 - A designação do profissional inspetor para compor a equipe de cada turno, de que trata o item anterior, somente deverá ser considerada para as instalações do TRF-2ªRG.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.1 - O serviço consistirá em fornecimento de Bombeiros Profissionais Civis (brigadistas) e treinamento de escape, sendo que o treinamento será realizado nos termos do Plano de Escape existente, a ser fornecido pelo Contratante.

4.2 - Os brigadistas deverão se posicionar em setores previamente indicados pela fiscalização do Contratante, preferencialmente, próximo a vigilantes que estejam portando rádios de comunicação.

4.3 - Todos os brigadistas deverão portar rádio de comunicação, fornecidos pela Contratada, devendo o inspetor do turno portar também rádio transceptor de propriedade do Contratante.

4.4 - Os rádios deverão ser fornecidos pela Contratada, na mesma frequência, sendo que 01 (um) deverá ficar alocado no local da base, a ser indicado pelo Contratante.

4.5 - Os serviços de brigada, enquanto prestados nas dependências do Contratante, serão fiscalizados pelo Núcleo de Segurança e Transporte. Os serviços prestados no Centro Cultural Justiça Federal serão fiscalizados pela Administração do referido órgão.

4.5.1 – Quaisquer alterações necessárias ao bom andamento do serviço deverão ser requisitadas ao responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato (Gestor), para que este tome as providências necessárias.

4.6 - Os brigadistas deverão, quando das rondas de rotina, anotar as irregularidades encontradas e repassá-las, mediante Livro de Ocorrências, ao Contratante.

4.7 - Compete aos brigadistas inspecionar:

4.7.1 - Caixas de hidrantes e mangueiras de incêndio;

4.7.2 - Bicos de *sprinklers*;

4.7.3 - Detectores de fumaça;

4.7.4 - Rotas de fuga, mantendo-as liberadas e sinalizadas;



4.7.5 - Extintores de incêndio;

4.7.6 - Registros e tubulações das redes de hidrantes e de *sprinklers*;

4.7.7 - Central Inteligente, modelo AFP-400, da marca *Notifier*, instalada na Sala de Automação, 2º Pavimento do Prédio Anexo I;

4.7.8 – Central convencional, modelo MPR-4424, da marca *Fire-Lite*, instalada no 10º pavimento do Prédio Anexo I, que é monitorada pela Central AFP-400 – *Notifier*;

4.7.9 – Todos os sistemas de que trata o item 2.2 da Cláusula Segunda;

4.7.10 – Qualquer outra rotina de serviço compatível com o objeto do Contrato.

4.8 – A inspeção das rotinas mencionadas no item 4.7 e demais subitens e sua periodicidade deverão ser apresentadas em Planilha de Inspeção, a ser elaborada pela Contratada e submetida ao Contratante.

4.9 - A Contratada fornecerá Livro de Ocorrências, a ser preenchido pelos responsáveis de cada turno, onde serão relatados todos os eventos ocorridos, devendo o mesmo ser diariamente apresentado ao Contratante para avaliação e repassado ao responsável do turno subsequente.

4.10 - A Contratada apresentará, mensalmente, Relatório de Serviços, digitado e assinado por seu preposto, onde constarão as atividades realizadas pela mesma no mês correspondente, com dados extraídos da Planilha de Inspeção e do Livro de Ocorrências, com anuência do Contratante.

4.11 - A Contratada apresentará 01 (*uma*) cópia do Relatório de Serviços, mencionado no item anterior, ao Núcleo de Segurança e Transporte do Contratante, para ciência dos eventos ocorridos e posterior repasse à empresa mantenedora das instalações de detecção e combate a incêndio, a fim de que esta execute as devidas correções.

4.12 - Os brigadistas deverão participar, como observadores ou auxiliares, dos testes das mangueiras e dos sistemas de pressurização, sempre que solicitado pelo Contratante.

4.13 - Os brigadistas deverão realizar, a critério do Contratante, treinamento básico (manuseio de extintores, mangueiras de incêndio e combate) de servidores indicados pelo mesmo, não podendo exceder a 01 (*um*) por mês e para o quantitativo máximo de 10 (*dez*) servidores para cada treinamento solicitado, em campo de treinamento específico e adequado para o tipo de atividade.

4.13.1 - O Contratante se reserva o direito de realizar o treinamento básico nas suas dependências, quando o tipo de atividade não exigir campo de treinamento específico. Neste caso, o treinamento, que se restringirá a pequenas demonstrações de manuseio de extintores e mangueiras, será realizado pela equipe de brigadistas residente, sem custos adicionais, sendo de responsabilidade do Contratante o fornecimento de mangueiras e extintores.

4.13.2 – A data do treinamento básico dado aos servidores será determinada pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, disposto na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, devendo a Contratada realizar o treinamento, no prazo de, no mínimo, 20 (*vinte*) dias antes do evento.





4.14 – Os brigadistas, a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, deverão estar aptos a prestar atendimento em nível de primeiros socorros.

4.15 - A Contratada deverá submeter à apreciação do Contratante, a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, já na execução dos serviços, Plano de Rotina de Atuação, que consistirá nos procedimentos a serem adotados pelos Bombeiros Profissionais Cíveis durante a execução dos serviços, considerando-se as plantas da edificação do Contratante e CCJF quanto a:

4.15.1 - Rotinas de serviços;

4.15.2 - Ocupação dos postos de atuação;

4.15.2.1 – Os brigadistas serão posicionados de maneira a garantir que todos os pavimentos estejam sob cobertura de atuação, sendo 01 (*um*) Brigadista baseado na Sala de Automação no 2º pavimento, munido de 02 (*dois*) rádios, 01 (*um*) de sua equipe e 01 (*um*) do Contratante, e os demais alocados, conforme orientação do Contratante;

4.15.2.2 – Os Profissionais designados para os pavimentos executarão serviços de rondas, em no mínimo 02 (*dois*) por turno, conforme discriminado a seguir:

a) Bombeiro do 22º: Cobertura ao 15º;

b) Bombeiro do 10º: 14º ao 6º;

c) Bombeiro do Térreo: Subsolo ao 5º;

4.15.2.3 - O serviço de ronda do CCJF será executado conforme determinação do mesmo, em função dos pavimentos do prédio, bem como da área externa existente.

4.15.3 - Inspeções de que trata o item 4.7.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1- A Contratada deverá recolher a guia ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), junto ao CREA, antes de se iniciarem suas atividades nas dependências do Contratante.

5.2- A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.

5.3 - Utilizar na prestação dos serviços objeto deste Contrato, mão-de-obra qualificada, selecionando e preparando rigorosamente as pessoas que irão prestar os serviços, encaminhando funcionários com funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente, bem como equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.

5.4 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em





decorrência de erro dos serviços objeto deste Contrato, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o mesmo.

5.5 - Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

5.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

5.7 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

5.8 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

5.9 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.

5.10 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

5.11 – Afastar ou substituir, a critério do Contratante, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantenha atitude hostil para com os Fiscais ou prepostos do Contratante.

5.12 - Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os funcionários, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.

5.13 - Manter seus profissionais uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e carteira de identidade (RG). A Contratada deverá manter atualizada, junto ao Núcleo de Segurança e Transporte e à Administração do CCJF, relação nominal dos empregados designados para a prestação dos serviços, indicando a função e data de admissão, relação essa que deverá ser digitada em forma de planilha.

5.14 – Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do



trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus da paralisação de responsabilidade da Contratada.

5.15 - A Contratada deverá disponibilizar todas as peças de vestuário, que constituirão os uniformes completos de seus empregados alocados nas dependências do Contratante, a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

5.15.1 - A Contratada se obrigará a substituir de imediato os uniformes que não tiverem mais apresentação condizente para serem usados nas dependências do Contratante.

5.15.2 - A substituição mencionada no subitem anterior deverá ocorrer, integralmente às expensas da Contratada, uma vez que a mesma se dará mediante a devolução, pelo empregado da Contratada, das peças em mau estado.

5.15.3 – A Contratada deverá entregar 02 (*dois*) uniformes para cada empregado.

5.16 - Manter preposto, escolhido dentre os brigadistas e aceito pela Fiscalização, para representá-la na execução deste Contrato.

5.17 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

5.18 - Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre guarnecidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transportes, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

5.19 - Comunicar ao Contratante, antecipadamente, qualquer troca, substituição, férias, licenças e faltas entre os Bombeiros Profissionais Civis (brigadistas) do Contratante e do CCJF.

5.20 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

5.21 – Comprovar, **antes do início dos serviços**, a capacitação profissional dos empregados designados para a prestação dos serviços, os quais deverão possuir a qualificação profissional prevista no item 3.1 da NBR 14.608, da ABNT, mediante a apresentação de Diplomas de formação com, no mínimo, carga horária de 56 (*cinquenta e seis*) horas, sendo 40 (*quarenta*) horas de teoria e 16 (*dezesesseis*) horas de prática, e comprovação em CTPS de, no mínimo, 02 (*dois*) anos na função de Bombeiro Profissional Civil (brigadista).

5.21.1 – A aptidão de que trata o item anterior será feita mediante a apresentação ao



Contratante de cópias dos certificados de habilitação técnica de brigadistas civil e de primeiros socorros, dos componentes efetivos dos postos contratados.

5.22 – Para fins de pagamento do documento fiscal, a Contratada anexará o Relatório de Serviços citado no item 4.10 da Cláusula Quarta e a cópia da folha de ponto ou registro de ponto mensal, para comprovação do efetivo trabalhado. A apresentação destes anexos é condição *sine qua non* para o atesto do documento fiscal.

5.23 - A Contratada deverá pagar em dia seus empregados, e, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviço em Brigadas de Incêndio do Município do Rio de Janeiro.

5.24 – A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a todos os seus empregados, mensalmente, 01 (*um*) talonário de vales-refeição ou vales-alimentação, no 1º (*primeiro*) dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados.

5.24.1 - O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas convenções coletivas de trabalho firmadas pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviço em Brigadas de Incêndio do Município do Rio de Janeiro.

5.25 - A Contratada se obriga a fornecer os vales-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

5.26 - Os vales-transporte serão fornecidos em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 916.247, de 17.11.87), sendo que os vales-transporte deverão atender integralmente às necessidades do empregado, sendo vedado o fornecimento de vales no valor modal, em quantidade insuficiente, quando se tratar de empregado que utilize transporte com tarifa superior à modal.

5.27 - Por força de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho e a critério do Contratante, poderá ser adotado o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, ou efetuada a remuneração devida, mediante faturamento discriminado no mês subsequente ao da prestação dos serviços, ficando a quitação do Documento Fiscal respectivo condicionada à autorização prévia do setor competente (Núcleo de Segurança e Transporte e Administração do CCJF), que preencherá e assinará formulários próprios da Contratada, indicando os nomes, funções, datas e horários em que serão realizados os serviços.

5.28 - Designar preposto que acompanhará o Contrato, sendo este o elo com o Contratante, e que deverá possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual, sobretudo substituição de empregados, regularização de pendências relacionadas a vales-refeição, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como para fiscalizar as condições de apresentação dos empregados (uniforme e crachás)

5.29 - A falta de qualquer empregado deverá ser suprida dentro da primeira hora, completando o efetivo contratado, sem qualquer ônus adicional para o Contratante. Caso a substituição do(s) empregado(s) faltoso(s) não seja providenciada pela Contratada, a(s) ausência(s) será(ão) anotada(s) pelo Contratante, que procederá o desconto do valor correspondente no documento fiscal a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.



5.30 – A Contratada deverá instalar, em local a ser determinado pelo Contratante, 01 (um) relógio de ponto para controle do cumprimento da carga horária dos brigadistas, inclusive horário de entrada e saída, devendo fornecer todos os materiais e acessórios para a instalação, funcionamento e efetiva aplicação do controle de ponto de seus empregados.

5.30.1 – A manutenção do relógio de ponto será de inteira responsabilidade da Contratada.

5.31 - A Contratada obriga-se a prestar assessoria técnica ao Contratante, com vista à elaboração de especificações técnicas de materiais ou serviços necessários ao perfeito funcionamento do sistema, sem ônus adicional, tais como *kits* de primeiros socorros individuais e coletivos, de arrombamento, e localização destes *kits*.

5.32 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5.32.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2013.

5.33 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

5.33.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2013;

5.33.2 – O prazo para apresentação das certidões mencionadas no subitem anterior é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

5.34 – A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de serviço em brigadas de incêndio do Município do Rio de Janeiro, utilizada como base para formulação da proposta, constante do item 11.1, alínea “b”, deste Contrato.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS:**

6.1 – A Contratada deverá disponibilizar, nas instalações do Contratante, a partir do início da prestação dos serviços, os seguintes materiais:

- 6.1.1 - 01 (um) machado picareta;
- 6.1.2 - 01 (um) jogo de chaves de fenda;
- 6.1.3 - 01 (um) alicate corta vergalhão;
- 6.1.4 - 01 (uma) machadinha;
- 6.1.5 - 01 (um) arco de serra;
- 6.1.6 - 01 (uma) lanterna;
- 6.1.7 - 01 (um) pé de cabra;
- 6.1.8 - 01 (uma) marreta;
- 6.1.9 - 01 (uma) talhadeira;
- 6.1.10 - 01 (um) par de luvas de raspa de couro;



- 6.1.11 - 01 (uma) corda;
- 6.1.12 - 02 (dois) kits completos de aproximação;
- 6.1.13 - 01 (um) par de óculos de proteção;
- 6.1.14 - 01 (uma) cadeira de rodas;
- 6.1.15 - 01 (uma) maca;
- 6.1.16 - 01 (um) colar cervical.

6.2 - A Contratada deverá disponibilizar, nas instalações do CCJF, a partir do início da prestação dos serviços, os seguintes materiais:

- 6.2.1 - 01 (um) machado picareta;
- 6.2.2 - 01 (um) jogo de chaves de fenda;
- 6.2.3 - 01 (um) alicate corta vergalhão;
- 6.2.4 - 01 (um) arco de serra;
- 6.2.5 - 01 (uma) lanterna;
- 6.2.6 - 01 (um) pé de cabra;
- 6.2.7 - 01 (uma) marreta;
- 6.2.8 - 01 (uma) talhadeira;
- 6.2.9 - 01 (um) par de luvas de raspa de couro;
- 6.2.10 - 01 (uma) corda;
- 6.2.11 - 01 (um) kit completo de aproximação;
- 6.2.12 - 01 (um) óculos de proteção;
- 6.2.13 - 01 (uma) cadeira de rodas;
- 6.2.14 - 01 (uma) maca;
- 6.2.15 - 01 (um) colar cervical.

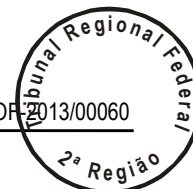
## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

### **7.1 - DO PREÇO: A) BRIGADISTA**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (BRIGADISTA)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
SALÁRIO		
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO</b>		
II- ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		



SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		
SUBTOTAL		
GRUPO B – DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS		
FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXILIO-DOENÇA		
LICENÇA PATERNIDADE / MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		
SUBTOTAL		
GRUPO C – DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Art. 1º da Lei 110/01)		
SUBTOTAL		
GRUPO D -DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A X GRUPO B)		
TOTAL DE ENCARGOS (Grupos A+B+C+D)		
III - DEMAIS COMPONENTES		
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES		
IV – INSUMOS		
DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)	
TRANSPORTE		
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc.)		
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS		
ASSISTÊNCIA MÉDICA		
SEGURO DE VIDA		
TREINAMENTO / CAPACITAÇÃO / RECICLAGEM		
AUXÍLIO-FUNERAL		
OUTROS (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS		
V – TRIBUTOS		
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ISS		
PIS		
COFINS		
TOTAL DE TRIBUTOS		
TOTAIS		
BRIGADISTA - BPC		PREÇO (R\$)
I - MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
II - ENCARGOS SOCIAIS		
III - DEMAIS COMPONENTES		
IV - INSUMOS		
V - TRIBUTOS		
VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)		



**B) BRIGADISTA INSPETOR**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (BRIGADISTA INSPETOR)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
SALÁRIO		
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL DE MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO</b>		
II- ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A – DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>SUBTOTAL</b>		
GRUPO B – DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS		
FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXÍLIO-DOENÇA		
LICENÇA PATERNIDADE / MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>SUBTOTAL</b>		
GRUPO C – DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Art. 1º da Lei nº 110/01)		
<b>SUBTOTAL</b>		
GRUPO D -DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A X GRUPO B)		
<b>TOTAL DE ENCARGOS (Grupos A+B+C+D)</b>		
III - DEMAIS COMPONENTES		
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
<b>TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES</b>		
IV – INSUMOS		
DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)	
TRANSPORTE		
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc.)		





UNIFORMES / EQUIPAMENTOS	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	
SEGURO DE VIDA	
TREINAMENTO / CAPACITAÇÃO / RECICLAGEM	
AUXÍLIO-FUNERAL	
OUTROS (especificar)	
<b>TOTAL DE INSUMOS</b>	
<b>V – TRIBUTOS</b>	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%) PREÇO (R\$)
ISS	
PIS	
COFINS	
<b>TOTAL DE TRIBUTOS</b>	
<b>TOTAIS</b>	
BRIGADISTA INSPETOR	PREÇO (R\$)
I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO	
II – ENCARGOS SOCIAIS	
III – DEMAIS COMPONENTES	
IV – INSUMOS	
V – TRIBUTOS	
<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)</b>	

7.1.1 - PLANILHA TOTALIZADORA			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
BRIGADISTA (BPC)	20		
BRIGADISTA (BPC) INSPETOR	04		
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>			

7.1.2 - HORA EXTRA		
CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50%	100%
BRIGADISTA (BPC)		
BRIGADISTA (BPC) INSPETOR		

7.1.3 - O preço por treinamento de que trata o item 4.13 deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

7.1.3.1 – A estimativa de realização do treinamento acima aludido é de 01 (um) treinamento por mês.

7.1.4 – O **VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO** deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

7.1.5 – O **VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO** deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);



7.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

7.1.7 – Os valores referentes às horas extras e ao treinamento não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão-de-obra, constante do subitem 7.1.2.

## 7.2 - DA REPACTUAÇÃO:

7.2.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (*um*) ano.

7.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (*um*) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

7.2.2 - Nas repactuações subseqüentes à primeira, o interregno de 01 (*um*) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.2.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

7.2.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

7.2.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.2.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:



- 7.2.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;
- 7.2.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;
- 7.2.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- 7.2.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- 7.2.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 7.2.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.
- 7.2.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 7.2.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:
  - 7.2.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
  - 7.2.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
  - 7.2.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 7.2.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

### 7.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.3.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da data da emissão do referido atesto, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

7.3.1.1 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

7.3.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 7.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de



cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (NUCOMP) do Contratante, situado na Rua Acre, n.º 80, 16º andar, sala 1.604, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br), na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhado dos seguintes documentos:

7.3.2.1 – Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

a) A folha de pagamento, mencionada no subitem anterior, deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre o esse valor.

7.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

7.3.2.3 – Cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição e vales-transporte, contendo as respectivas assinaturas dos empregados, do mês correspondente ao documento fiscal;

7.3.2.4 – Relatório de Serviços de que trata o item 5.22 deste Contrato.

7.3.3 - Para fins do disposto no subitem 7.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

7.3.4 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

7.3.5 - A Contratada, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do citado regime tributário, a contar do mês seguinte à data de assinatura deste Contrato, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.

7.3.5.1 - A fim de proceder à exclusão mencionada no subitem anterior, se for o caso, a Contratada deverá providenciar a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, comunicando a assinatura deste Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço mediante cessão de mão-de-obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 123 de 2006;

7.3.5.2 - A Contratada deverá ainda, se for o caso, apresentar ao Contratante, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, cópia do ofício, mencionado no subitem



anterior, na qual deverá constar comprovante de entrega e recebimento junto à Receita Federal do Brasil.

7.3.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

7.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.3.7 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se ao prazo fixado no subitem 7.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.3.8 – O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

7.3.8.1 - Existência de qualquer débito para com o mesmo;

7.3.8.2 - Se os serviços/materiais prestados/fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita;

7.3.8.3 - Existência de débitos para com terceiros relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao Contratante;

7.3.8.4 - Não apresentação por parte da Contratada da folha de pagamento do mês de referência, como também das guias de recolhimento da GPS e GFIP, ressaltando que, na hipótese de a mesma não estar sujeita às obrigações mencionadas, exigir-se-á a apresentação de documentos equivalentes.

7.3.9 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia, do valor mensal.

7.3.10 – Por tratar-se de Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação no documento fiscal do valor correspondente aos materiais aplicados.

#### 7.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

7.4.1 - Serão retidos do pagamento mensal da Contratada e depositados na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

7.4.1.1 - Férias;

7.4.1.2 - 1/3 constitucional;

7.4.1.3 - 13º Salário;

7.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

7.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

7.4.1.6 - Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos.

7.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para retenção conforme Resolução nº 169/2013 e IN 001/2013-CJF	
Rubrica	%
Férias + 1/3 constitucional	12,12



13º Salário	9,09
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	7,59
Subtotal	33,16
<b>Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos</b>	
Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos	% de lucro x 33,16%

7.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 7.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

7.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

7.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta vinculada e de Termo específico junto à CEF.

7.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o item 9.4 do presente Contrato.

7.4.7 - Os saldos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

7.4.8 - A abertura e manutenção da conta-corrente vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

7.4.9 - Eventuais saldos da conta-corrente vinculada bloqueada para movimentação somente serão liberados à Contratada se após dois anos do término do Contrato o empregado que estava alocado na execução do Contrato não acionar a Justiça do Trabalho.

7.4.10 - Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para conta-corrente judicial, o Contratante notificará a Contratada sobre a ordem judicial e informará que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à Contratada e depositados na conta-corrente vinculada para composição do saldo.

7.4.11 - A Contratada poderá:

7.4.11.1 – solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-corrente vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas





mesmas rubricas indicadas no subitem 7.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

7.4.11.2 – movimentar os recursos da conta-corrente vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

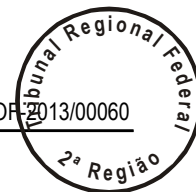
- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

7.4.11.3 - Nas hipóteses no subitem 7.4.11.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

- a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes ao percentual de lucro e incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

7.4.12 - O resgate dos recursos da conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento





das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 7.4.1, podendo, ainda, requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas.

7.4.13 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 7.4.11.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

7.4.14 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31.01.2013, do Conselho Nacional de Justiça e da IN 001, de 11/04/2013 do Conselho da Justiça Federal deverão ser observados na execução contratual.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

8.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programas de Trabalho	Elementos de Despesa	PTR	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.37.07	060.071 (TRF2) 060.076 (CCJF)	

8.2 - Na parcela referente ao exercício de 2014, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

## **9 - CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES:**

9.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

9.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

9.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;



c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova aquisição e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

9.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

9.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

9.5 – Caso as multas mencionadas nos itens 9.3 e 9.4 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6 - Se as multas estipuladas nos itens 9.3 e 9.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

9.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

9.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

9.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

9.10 – A aplicação das penalidades será precedida de concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

9.11 – Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

9.12 - A Contratada poderá, ainda, em conformidade com o que dispõe o artigo 7º da Lei nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores mencionados no inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13 – Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO:**

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de



recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

10.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2013, e seus Anexos I, II, IV, V e VI;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2013 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. \_\_/\_\_\_ do Processo;
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA fornecido pelo Núcleo de Segurança e Transporte - NUSSET e pelo Centro Cultural da Justiça Federal - CCJF, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado às fls. \_\_/\_\_\_ do Processo.

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:**

12.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.



### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

13.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

13.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

13.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

13.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

13.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

13.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Nona do presente Contrato.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

14.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, sob a modalidade \_\_\_\_\_, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (\_\_\_\_\_) do valor global deste Contrato.

14.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e mantê-la **válida e atualizada**.

14.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

14.4 – A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

14.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

14.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8666/93.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

15.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:



15.1.1 – **Provisoriamente** - Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

15.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

15.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

15.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e/ou materiais prestados e/ou fornecidos se encontram com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

15.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou matérias que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

16.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

16.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

#### **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

